

REBATIMENTOS DO CONTEXTO NEOLIBERAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: PLURALISMO E PRÁTICAS TERAPÊUTICAS

Gildete Gomes dos Santos | Karine Cinthia dos Santos Silva Dionisio |
Leandra Januário dos Santos | Jonorete de Carvalho Benedito



ISSN: 2316-672X

RESUMO

Entende-se que a formação profissional em Serviço Social na contemporaneidade tem se deparado com a ameaça neoliberal, que advém com uma caracterização de um Estado mínimo diante dos direitos sociais, com um intenso processo de precarização e privatização. Sendo assim, essa conjuntura também incide no sistema educacional e, conseqüentemente, na formação profissional dos assistentes sociais, pois a categoria respalda-se em um projeto ético-político fundamentado na teoria crítica, de forma que a intervenção se dá em uma perspectiva de superação do modo de produção capitalista; além disso, compreende-se o indivíduo como sujeito de direitos. Nesse sentido, para tal intervenção, requer-se um profissional com uma apreensão voltada para uma leitura crítica da dinâmica histórica, com os seus respectivos determinantes econômicos, políticos e sociais. A formação profissional em Serviço Social proporciona elementos para essa apreensão, que na contemporaneidade, encontra certas implicações em virtude do modelo neoliberal, que poderão rebater na prática, incorrendo em um retrocesso diante dos avanços conquistados a partir do projeto de intenção de ruptura inaugurado no período pós-ditadura militar.

PALAVRAS-CHAVE

Formação Profissional. Serviço Social. Contemporaneidade. Neoliberal. Projeto Ético-Político.

ABSTRACT

It is understood that the vocational training in Social Service in contemporary society has faced the neoliberal threat, which comes with a characterization of a minimal state on social rights, with an intense process of impoverishment and privatization. Therefore, this situation has also affected the educational system and consequently the training of social workers, since the category draws upon the ethical-political project based on critical theory, so that the intervention occurs in a perspective of overcoming the capitalist method of production. In

44 | addition, the individual is understood as subject of rights. In this regard, for such intervention, it's necessary a dedicated professional with a critical reading of the historical dynamics, with their decisive economic, political and social determinants. Vocational training in Social Work provides elements to apprehension that, in contemporary times, may cause certain implications, because of the neoliberal model which may incur in a reversal on the advances made from the project of intends of rupture installed in the post-military dictatorship.

KEYWORDS

Vocational Training. Social Work. Contemporaneity. Neoliberal. Ethical-Political Project.

1 INTRODUÇÃO

Entende-se que, diante do contexto marcado por profundos avanços para o Serviço Social, bem como para a formação profissional, com o espaço conquistado na universidade pública, a ruptura com o Serviço Social tradicional e a sua consolidação no final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, se deu através da afirmação da teoria crítica no meio profissional e da construção do projeto ético-político.

Todos esses são elementos importantes, caracterizados como conquistas a partir de uma nova visão, mas se colocam ameaçados diante de um retrocesso ocasionado pelo contexto neoliberal, com os seus aspectos de um Estado mínimo para o social e com o processo de privatização das políticas sociais.

2 DESENVOLVIMENTO

O contexto neoliberal, conseqüentemente, também incide fortemente na esfera do ensino, trazendo a precarização e a privatização, rebatendo também na formação profissional em Serviço Social. Isso fica claro ao analisarmos que,

No Brasil, a movimentação financeira na educação superior, em 2003, foi de R\$ 45 bilhões e para as empresas que negociam no setor o lucro foi de R\$ 15 bilhões (ILAESE, 2004). Para a universidade, a concepção de autonomia, entendida como liberdade acadêmica para produzir conhecimento com destinação social universal, transmuda-se em autonomia financeira. Coagida a gerar seu próprio financiamento, a universidade pública passa a disputar recursos no mercado como qualquer empresa. O mercado e a inovação tecnológica referenciam a reforma educacional. A lógica é de que o mercado democratiza o acesso (democracia igualada a poder de compra) e a inovação tecnológica, tida como meio e finalidade da educação por uma espécie de virtualidade intrínseca, asseguraria a inserção social. Lógica que no Brasil recebeu apoio financeiro e político para consumir o empresariamento da educação superior (NEVES, 2002). Em 2005, existiam 1.934 instituições particulares de ensino, com 80% das matrículas distribuídas em 86 universidades, 111 centros universitários e 1.737 faculdades isoladas ou integradas. Índice que colocava o país em sétimo lugar no ranking mundial de matrículas no setor privado (KOIKE, 2009, p. 6).

A educação é vista como um meio para gerar lucros. Especialmente no Brasil, a expansão econômica nesse âmbito é crescente, o que faz com que a universidade brasileira tenha intensas alterações no seu perfil, passando de uma concepção de liberdade e autonomia em relação a uma investigação e produção acadêmica para ser considerada como tendo uma autonomia financeira.

No Brasil, o ideário proposto é de que o mercado é uma via de acesso e de inovação tecnológica, que objetiva colocar a educação como um aspecto que assegure a inserção social. Essa lógica recebe força e apoio financeiro e político para a realização do empresariamento da educação superior; isso é perceptível diante do aumento significativo de instituições particulares de ensino.

Esse processo de privatização tende a crescer cada vez mais, devido ao processo de precarização do que é público, neste caso a universidade pública, e também em virtude das exigências impostas pela conjuntura neoliberal, ou seja, tem-se, de um lado, a depredação da universidade, por falta de investimentos e pela mercantilização que alcança o ensino superior, e, por outro lado, há também as transformações societárias, que causam o aumento do desemprego e do subemprego, o que exige do trabalhador uma maior qualificação profissional.

Segundo Pereira (2007, p. 243-244), no que diz respeito ao Serviço Social,

Se, por um lado, é possível constatar o enorme avanço quanto à consolidação da perspectiva de 'intenção de ruptura', que se consubstanciou no que ficou denominado por 'projeto ético-político' profissional; por outro lado, assistimos à aterradora avalanche do ideário neoliberal no país e, especificamente, na política educacional como um todo – principalmente entre 1995-2002, com os dois governos FHC - com vistas à formação de um amplo contingente de intelectuais colaboracionistas. Tal processo repercutiu com toda força no perfil das unidades de ensino de Serviço Social, que, no pós-1995 cresceram de forma explosiva, em consonância com o projeto educacional privatista do governo FHC. É fundamental lembrar que, até 1994, existiam em todo o País 74 unidades de ensino de Serviço Social. Destas, 67 ESSs participaram dos debates realizados durante o processo de revisão curricular, entre 1994 e 1996, o que equivale a 90,5% dos cursos existentes até 1994 e pode ser considerada como uma participação bastante satisfatória.

No período em questão, os avanços do Serviço Social se colocam como visíveis, seja em relação à intenção de ruptura, com o novo posicionamento profissional de rompimento com as bases conservadoras, seja com a construção do projeto ético-político do Serviço Social no Brasil. Porém, o ideário neoliberal adentra no governo de Collor e se solidifica com FHC (1995-2002), trazendo repercussões no perfil das unidades de ensino de Serviço Social, as quais, após 1995, crescem de maneira intensa, tendo em vista o projeto educacional de privatização do governo de FHC.

Esse crescimento do processo de privatização do ensino, especialmente no âmbito do Serviço Social, é visível ao analisarmos que, no ano de 1994, existiam no Brasil 74 unidades de ensino, destas 67 participaram dos debates em relação à revisão curricular, entre 1994-1996 (PEREIRA, 2007).

A existência de uma expansão de Escolas de Serviço Social privada é clara no período de revisão curricular (1996); junto a essa revisão tem-se o processo de sucateamento da universidade pública e a valorização do setor privado na esfera do ensino superior (PEREIRA, 2007).

Contudo, vê-se que os rebatimentos advindos “[...] desta lógica mercadológica do ensino superior vem incidindo diretamente na formação profissional do assistente social, haja vista que os serviços ofertados nas faculdades privadas – atividades de ensino, pesquisa e extensão – são revertidos em produtos” (OLIVEIRA; SANTOS; SILVA, 2010, p. 85).

Além disso, o ideário de privatização é reforçado através do

[...] Decreto de n. 5.622, de 19/12/2005, que cria a Universidade Aberta do Brasil (UAB), instituindo a educação a distancia (EaD) e o de n. 6.096, de 24/04/2007, que estabelece o Programa de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI). O ensino online que move a EaD, no âmbito da graduação, apresenta-se com o discurso da democratização do acesso, favorecendo a expansão desordenada da educação superior a baixo custo. O objetivo é ‘trazer a Revolução Industrial para o ensino. Ou seja, de fazer o mesmo que fez a Revolução Industrial, transformar processos artesanais em processos fabris capazes de garantir uma produção em maior escala, mais barata e sem perda de qualidade’ (CASTRO, 2006, p. 213). Como ‘Ensino fabril’, a EaD no âmbito da graduação consolida a mercantilização da educação no país conferindo-lhe caráter discriminatório ao criar dois tipos de ensino, de formação, de aluno e de docente. Este substituído por ‘tutor de ensino’ (ZUJIN, 2006), de qualquer área de conhecimento, cindindo a vida acadêmica e o corpo profissional. Iamamoto (2007) apresenta dados do MEC, de abril de 2007, em que apenas 6 cursos recém-criados de Serviço Social em EaD disponibilizam 9.760 vagas. A autora lança a hipótese dos futuros diplomados em Serviço Social que totalizam, em 2007, (mas ainda subestimado) 32.823 vagas entre cursos presenciais e EaD, públicos e privados, em breve constituir um ‘exército assistencial de reserva’, reforçando práticas do voluntariado e da precarização do exercício profissional. A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) que congrega as unidades acadêmicas da graduação e pós-graduação em Serviço Social, o conjunto Conselho Federal (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), órgãos de regulamentação e fiscalização da profissão, e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), que articula o movimento estudantil, desenvolvem gestões junto ao MEC no sentido de sustar a autorização de cursos de graduação EaD em Serviço Social. As entidades propõem ao MEC ampliar os cursos presenciais existentes e abrir novos nas universidades públicas onde estes ainda não existem (KOIKE, 2009, p. 7-8, grifo do autor)

Ao findar a década de 1990, o processo de privatização, bem como o de precarização no âmbito do ensino, começa a ganhar um respaldo maior, uma solidez, pois tem-se a criação da Universidade Aberta do Brasil – UAB, que, por sua vez, vem instituir a educação a distância – EaD, e também há a criação do Programa de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI). Esses propõem um discurso afir-

A EaD vem trazer uma sustentação para o processo de mercantilização do ensino, oferecendo uma formação profissional aligeirada, que se coloca de maneira viável para a lógica do capital exigida no momento, já que o mercado de trabalho passa a requerer uma maior qualificação do trabalhador, que não possui alternativas, tendo em vista as condições objetivas de disputa pelas vagas disponibilizadas no mercado de trabalho, haja vista que o desemprego apresenta-se cada vez mais crescente.

Tendo em vista tal cenário, há a possibilidade de, no futuro, a sociedade brasileira se deparar com um grande número de profissionais que reforçam as práticas do voluntariado, bem como da precarização do exercício profissional.

Algumas entidades representativas do Serviço Social, como a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, o Conselho Federal – CFESS, os Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social – ENESSO, têm se posicionado em relação a essa conjuntura junto ao MEC, sugerindo como alternativa a ampliação dos cursos presenciais e a criação de novos espaços nas universidades públicas que ainda não possuem cursos de Serviço Social.

Observa-se, dessa forma, que a existência dos meios implementados pela lógica do capital proporciona um retrocesso para o Serviço Social, já que este inaugurou um projeto de intenção de ruptura, possuindo um perfil diferenciado na esfera dos direitos sociais, atuando na defesa e na acessibilidade dos direitos, na viabilização das políticas sociais; o indivíduo é visto como um sujeito de direitos, e a educação apresenta-se como um direito, que é sujeitada à precarização e à aprivatização, devido à alternativa neoliberal de saída da crise econômica.

É necessário salientar que a profissão, a formação profissional em Serviço Social deverá dispor de aspectos indispensáveis para a formação do assistente social, demarcados pela construção de um projeto profissional que é a

[...] expressão da ruptura da profissão com suas bases tradicionais e conservadoras. Vínculo que necessita traduzir-se nos processos da formação, do exercício profissional e de organização do corpo profissional. Assim, em junho do mesmo ano foi sancionada a Lei n. 8.662, de regulamentação da profissão, definindo competências e atribuições privativas do assistente social que representam tanto 'uma defesa da profissão na sociedade' como 'um guia para a formação acadêmico-profissional' (IAMAMOTO, 2002, p. 22). À parte das questões que o texto da lei suscita (COFI/CFESS, 2002), importa ressaltar a noção de competência defendida pelos sujeitos da profissão para o fortalecimento do projeto ético-político. Neste, o fazer profissional referencia-se no domínio intelectual do instrumental técnico. Prática concebida como uma totalidade social, dadas múltiplas dimensões envolvidas na ação profissional e não apenas as produtivas. O que supõe uma formação profissional que imprima um perfil crítico, fundado em rigorosa capacidade teórica, ético-política e técnico-

prática voltada ao conhecimento e transformação da realidade. Concepção oposta ao entendimento presente nos requerimentos do mercado em que competências são 'capacidades de realizar tarefas práticas, desvalorizando e mesmo declarando desnecessário o conhecimento científico' [...] Supostos passíveis de objetivação mediadas pela teoria social crítica, pelas dimensões investigativa e interventiva tomadas como condição central da formação e da relação teoria-realidade; o pluralismo considerado prática do debate acadêmico e de disputa de projetos societários; interdisciplinaridade e indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão, entre estágio/supervisão acadêmica e profissional; ética como princípio formativo atravessando o desdobramento curricular (KOIKE, 2009, pp. 12-15).

A formação profissional em Serviço Social deverá estar pautada nos elementos participantes do projeto ético-político da profissão, que é a Lei de Regulamentação da profissão, o Código de Ética e as Diretrizes Curriculares, devendo essa formação obter uma caracterização crítica, embasada numa rigorosa capacidade teórica, ético-política e técnico-prática, voltada para o conhecimento da realidade. Já a lógica do mercado vem com um pensamento diferenciado, desconsiderando o conhecimento científico. Na esfera crítica, o viés se dá através de uma prática investigativa e interventiva, que primeiro faz uma análise, busca uma compreensão do contexto histórico, para depois intervir na realidade.

Diante de todo esse contexto aqui explicitado, nota-se que todas essas alterações vivenciadas

[...] trazem sérias implicações para o Serviço Social na contemporaneidade, tanto no que diz respeito ao espaço sócio-ocupacional do assistente social, que vem sofrendo com os ajustes neoliberais – perda de direitos sociais, retirada do Estado, precarização do trabalho –, como com os desafios enfrentados pela categoria para efetivação do projeto ético-político, numa conjuntura desfavorável para a classe trabalhadora e favorável ao capital. Em consonância com este movimento conjuntural surgem no bojo profissional atores da categoria que enveredam no campo de sua intervenção pelas “práticas terapêuticas” ou “Serviço Social Clínico”, que se utilizam de concepções teórico-metodológicas voltadas aos segmentos da psicanálise junto ao indivíduo, reportando-se à sua subjetividade no trato das necessidades sociais destes (OLIVEIRA; SANTOS; SILVA, 2010, p. 91).

Os impactos ocasionados no Serviço Social devido à conjuntura neoliberal se apresentam na cena contemporânea como desafios para a categoria de assistentes sociais em relação à efetivação do projeto ético-político, e também no espaço sócio-ocupacional, devido ao processo de desresponsabilização do Estado, que deixa de investir nas políticas sociais, que se caracterizam como “[...] o chão da intervenção profissional, quer dizer, é a matéria-prima do Serviço Social, que no âmbito do Estado são as políticas sociais” (SERRA, 2008, p. 20), para investir na economia.

Junto a esse contexto, pode-se perceber a existência de profissionais que defendem a intervenção voltada para a esfera das práticas denominadas como terapêuticas ou o Serviço Social Clínico. Estes, por sua vez, possuem um respaldo teórico fundamentado em

segmentos da psicanálise junto ao indivíduo, intervindo dentro da subjetividade das necessidades sociais.

Segundo o CFESS (2010, p. 5),

[...] não procedem os argumentos que defendem práticas terapêuticas como 'técnicas ou instrumentos' que sempre fizeram parte da história da profissão e, por isso, devem ser reconhecidas como competências profissionais. É certo que ações de teor psicologizante marcaram os primórdios da profissão. Mas é certo, igualmente, que nos afastamos substancialmente dessa vertente, e que a realização de terapias não integra nem a fundamentação teórica contemporânea da profissão e nem suas diretivas legais.

O CFESS publicou um documento, no ano de 2010, esclarecendo questões sobre as práticas terapêuticas, no qual se expõe que não procedem as questões levantadas em torno da defesa dessas práticas como competências profissionais, tendo em vista que o Serviço Social já rompeu com essas ações que se dão de forma psicologizante. Estas marcaram o início da profissão, e agora o projeto hegemônico do Serviço Social encontra-se fundamentado em uma teoria crítica, havendo, assim, uma disparidade entre ambas as fundamentações.

Este posicionamento do CFESS, predominantemente defendido pela categoria de assistentes sociais, não implica em

[...] não reconhecer o pluralismo, nem tampouco a autonomia e a liberdade de pensamento e produção de conhecimento. A livre expressão e manifestação das idéias é um direito democrático conquistado na luta contra a ditadura e constitui um dos primeiros princípios do Código de Ética dos/as Assistentes Sociais. O pluralismo, como reconhecimento do diverso e da diversidade, contudo, não pode desconsiderar as construções coletivas da profissão, que soube rever os princípios, diretrizes e valores conservadores e instituiu seus novos fundamentos teóricos e éticopolíticos em normas legais e regulamentadoras que passaram a orientar seu processo formativo e exercício profissional. O pluralismo não pode significar, e não significa, em nenhuma profissão no mundo, que os/as profissionais tenham autonomia absoluta para desenvolver suas atividades profissionais sem considerar os fundamentos teóricos e éticopolíticos e as normas coletivamente construídos e que regem uma profissão. A regulamentação do Serviço Social como profissão constitui-se numa conquista importante e no momento atual se torna ainda mais relevante diante das iniciativas impostas pelo Estado de desregulamentação em vários níveis da vida social. A ausência de (ou frágil) regulamentação, na verdade, tem sido utilizada para subtrair direitos, precarizar as relações de trabalho e sustentar a sociedade de livre mercado, o que não se coaduna com os princípios do Projeto Ético Político Profissional (CFESS, 2010, pp. 5-6).

As práticas terapêuticas não se caracterizam como o não reconhecimento do pluralismo, este é reconhecido pelo Código de Ética da profissão, que considera as construções

50 | coletivas da profissão, a diversidade, porém é necessário salientar que o pluralismo não significa, em nenhuma profissão do mundo, que os profissionais tenham autonomia absoluta para desenvolver as suas atividades concernentes ao exercício profissional sem considerar os elementos teóricos e ético-políticos, em normas legais, que respaldam a ação profissional.

Assim, a fragilidade em questão tem se dado no âmbito da subtração dos direitos, da precarização das relações de trabalho, que não entram em conformidade com o projeto ético-político da profissão de Serviço Social.

Para Netto (2007, p. 5-6. grifo do autor),

O corpo profissional é uma unidade não-homogênea, uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, configura um *espaço plural* do qual podem surgir projetos profissionais diferentes. Mais exatamente, todo corpo profissional é um campo de tensões e de lutas. A afirmação e consolidação de um projeto profissional em seu próprio interior não suprimem as divergências e contradições. Tal afirmação deve fazer-se mediante o debate, a discussão, a persuasão – enfim, pelo confronto de idéias e não por mecanismos coercitivos e excludentes. Contudo, sempre existirão segmentos profissionais que proporão projetos alternativos; por consequência, mesmo um projeto que conquiste hegemonia nunca será exclusivo. Por isso, a elaboração e a afirmação (ou, se se quiser, a construção e a consolidação) de um projeto profissional deve dar-se com a nítida consciência de que o *pluralismo* é um elemento factual da vida social e da própria profissão, que deve ser respeitado. Mas este respeito, que não deve ser confundido com uma tolerância liberal para com o ecletismo, não pode inibir a luta de idéias. Pelo contrário, o verdadeiro debate de idéias só pode ter como terreno adequado o pluralismo que, por sua vez, supõe também o respeito às hegemonias legitimamente conquistadas.

Numa categoria de profissionais, não existe uma homogeneidade; ela caracteriza-se por uma diversidade que abrange projetos individuais, societários, entre outros, que trazem uma configuração de um espaço plural, sendo que as discussões devem estar direcionadas com o confronto de ideias e não por meios coercitivos, excludentes.

Diante disso, percebe-se que a elaboração de um projeto profissional deve ocorrer com a consciência de que o pluralismo é um elemento baseado em fatos da vida social e da própria profissão, devendo ser respeitado e não confundido com a tolerância liberal para com o ecletismo¹, já que no verdadeiro debate de ideias só pode ter espaço o pluralismo, pois nesse se tem o respeito à hegemônica legitimidade conquistada.

Ainda com respeito aos impactos vivenciados pela formação profissional em Serviço Social, pode ser citado outro elemento.

1 O ecletismo se caracteriza pela diferença que se apresenta entre o discurso e a ação, ou seja, os elementos teóricos se distinguem dos elementos concernentes à prática.

Nos anos 2000, a 'reforma' do ensino superior entra numa nova fase, caracterizada pela busca de uma nova organicidade ao novo modelo que vinha sendo implementado, por meio da definição de novos parâmetros, estruturas curriculares e expansão mais acelerada do acesso a esse nível de ensino. Nos anos 2000, a meta prioritária de acesso ao ensino básico para os trabalhadores é ser ampliada, passando a incluir essa população na 'educação superior de novo tipo para o século XXI' (Neves e Pronko, 2008, p. 105). É nesse segundo período que estarão localizadas as iniciativas do governo Lula. Para esse novo período de contrarreformas, o Banco Mundial lança um novo documento em 2003 denominado 'Construir sociedades de conhecimento: novos desafios para a educação terciária'. Nele, o Banco afirma ampliar os temas discutidos no documento de 1994, dando ênfase a novas tendências, quais sejam: o papel emergente do conhecimento como motor do desenvolvimento, as mudanças decorrentes da ampliação do uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC), a internacionalização tanto de provedores da educação terciária como de um mercado global de capital humano avançado, o aumento de demandas de apoio financeiro e técnico ao Banco de países que querem reformar e desenvolver a educação terciária e, por fim, a necessidade de estabelecer uma visão integrada da educação, onde a educação terciária tem papel crucial na criação de capital humano e social (Banco Mundial, 2003). As receitas prescritas pelo Banco Mundial foram adotadas pelo Brasil com adaptações de acordo com a realidade e com os conflitos e correlações de força locais no embate entre o projeto neoliberal hegemônico e o projeto dos sujeitos políticos organizados em defesa da universidade pública. As ações determinaram uma ampliação do ensino superior privado, já hegemônico no Brasil desde o período anterior, e ao mesmo tempo mudanças que privatizaram e transformaram por dentro as universidades públicas, num processo de contrarreforma, cujo exemplo mais recente é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni –, instituído pelo Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007 (CISLAGHI, 2011, p. 247-248).

Na entrada dos anos 2000, o ensino superior vivencia uma nova fase da reforma universitária, em virtude das definições dos parâmetros curriculares e da expansão acelerada para alcançar esse nível de ensino. Com o governo Lula, temos um novo período de contrarreforma, que se coloca através do Banco Mundial, que lançará um documento para estimular a questão da educação.

Tal documento, lançado em 2003, é denominado de "Construir sociedades de conhecimento: novos desafios para a educação terciária", que loca o conhecimento como um elemento essencial para o desenvolvimento, cujo objetivo é desenvolver e ampliar o ensino superior privado.

No Brasil, esse ideário irá ser propagado de acordo com a sua realidade, bem como com os conflitos e as correlações de forças locais que se encontram no embate entre o projeto neoliberal hegemônico e o projeto dos sujeitos políticos organizados em defesa da universidade pública.

Essas ações que foram propostas para o Brasil fizeram com que se expandisse ainda mais o processo de privatização do ensino, transformando a universidade em processo de contrarreforma, que tem como o seu maior exemplo o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, instituído no ano de 2007.

Então, diante de uma análise no âmbito da formação profissional em Serviço Social, entende-se que

[...] a contrarreforma, necessidade estrutural para o capitalismo tardio, é frontalmente contraditória ao projeto de formação profissional dos assistentes sociais, que compõe o projeto éticopolítico hegemônico. Ao contrário, adequando a formação da mão de obra intelectual a um novo modelo de produção também buscase adequar os assistentes sociais, bem como outros profissionais ligados principalmente a instituições da superestrutura da sociedade, a uma nova forma de regulação e reprodução social, mediada por um novo perfil das políticas sociais (CISLAGHI, 2011, p. 261).

O contexto neoliberal, através da contrarreforma do Estado como mais uma das estratégias do capital para o processo de ampliação do processo de mercantilização do ensino, no que diz respeito ao projeto de formação profissional dos assistentes sociais, se apresenta como contraditório, pois ele busca alimentar a economia, adequando a formação ao novo modelo de produção, e os assistentes sociais são vistos como um meio de regulação e reprodução social, agora mediado pelo novo formato da política social.

3 À GUIA DE CONCLUSÃO

Todos esses elementos aqui levantados para essa discussão como rebatimentos do neoliberalismo vivenciados pela formação profissional em Serviço Social são consequências de um movimento do capital, algo inerente à lógica capitalista, do seu intenso processo pela expansão em detrimento do lucro, que incide na profissão, já que esta é dinâmica.

A questão a ser colocada é de uma continuidade em relação aos avanços conquistados pelo Serviço Social na década de 1980, com a inauguração do projeto de intenção de ruptura e da solidificação deste em 1990, principalmente diante da ameaça neoliberal, que incide fortemente na formação profissional.

Para que se tenha uma intervenção crítica com a análise feita no ângulo da classe trabalhadora, no sentido proposto de uma superação do atual sistema, alçando a emancipação humana, é indispensável que haja uma formação profissional em Serviço Social pautada e preconizada pelo projeto ético político da profissão, “[...] exigindo que a formação universitária possa dotar os assistentes sociais de subsídios teóricos, éticos e políticos que lhe permitam – se assim o desejarem – contribuir, de mãos dadas, para o trajeto histórico em rumo aos novos tempos” (IAMAMOTO, 2008, p. 200).

Então, com a coletividade da categoria, a continuidade do projeto de formação profissional crítico permanecerá, e serão conquistados cada vez mais avanços que contribuirão para o reflexo da teoria nos espaços de intervenção do assistente social.

CFESS. **Serviço Social e reflexões críticas sobre práticas terapêuticas.** Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/doc_CFESS_Terapias_e_SS_2010.pdf. Acesso em: 02 de ago. de 2011.

CISLAGHI, Juliana Fiúza. **A formação profissional dos assistentes sociais em tempos de contrarreformas do ensino superior:** o impacto das mais recentes propostas do governo Lula. Serviço Social e Sociedade. n. 105. São Paulo: Cortez, abr./jun. 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KOIKE, Maria Marieta. **Formação profissional em Serviço Social:** exigências atuais. Especialização UNB. 2009.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social (org.) MOTA, Ana Elizabete. et al **Serviço Social e Saúde:** formação e trabalho profissional. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA; Áunea Cibelle de; SANTOS; Kallyne de Moraes; SILVA; Maria das Graças Ferreira da. **Desafios postos para o Serviço Social na efetivação do projeto ético-político ante a conjuntura neoliberal.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Maceió, 2010.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Política educacional brasileira e Serviço Social:** do profissionalismo ao empresariado da formação profissional. Tese de doutorado em Serviço Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

- 1 Graduada em Serviço Social pela Faculdade Integrada Tiradentes – FITS. Email: s_gildete@yahoo.com.br
- 2 Graduada em Serviço Social pela Faculdade Integrada Tiradentes – FITS. E-mail: karemc12@hotmail.com
- 3 Graduada em Serviço Social pela Faculdade Integrada Tiradentes – FITS. E-mail: leandrajanuario@hotmail.com
- 4 Docente da Faculdade Integrada Tiradentes - FITS. Mestre em Serviço Social Pela Universidade Federal de Alagoas. Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social de Maceió. Presidente do Conselho Municipal do Idoso de Maceió. E-mail: jonorete@terra.com.br